



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**IB/IG/IQ/CDS/FACE**  
**CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**O POTENCIAL DO EXTRATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO  
FEDERAL E ENTORNO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

**KÁLLITA KAROLINE LIBERAL COSTA**

**BRASÍLIA**

**2022**

**COSTA, KÁLLITA KAROLINE LIBERAL**

**O POTENCIAL DO EXTRATIVISMO PARA A AGRICULTURA  
FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: UMA ANÁLISE  
BIBLIOGRÁFICA**

**Orientação: Laura Angélica Ferreira Darnet.**

**36 páginas.**

**Projeto final em Ciências Ambientais – Consórcio IG/ IB/ IQ/ FACE-ECO/CDS –**

**KÁLLITA KAROLINE LIBERAL COSTA**

**O POTENCIAL DO EXTRATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO  
FEDERAL E ENTORNO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Dra. Laura Angélica Ferreira Darnet.

**BRASÍLIA**

**2022**

**KÁLLITA KAROLINE LIBERAL COSTA**

**O POTENCIAL DO EXTRATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO  
FEDERAL E ENTORNO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Ambientais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Ambientais.

Aprovado em: 21 de setembro de 2022.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Orientadora: Profa. A Dra. Laura Angélica Ferreira Darnet  
Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília

---

Membro da Banca: Prof. O Dr. José Eloi Guimarães Campos  
Instituto de Geociências – Universidade de Brasília

**RESUMO:** A agricultura familiar tem expandido-se, e assume grande importância social, econômica e ecológica. É um campo bastante diverso e importante para o crescimento do Brasil, reunindo o maior número de unidades produtivas no país, contribuindo com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias. Neste segmento, é marcante a característica de práticas agroextrativistas associadas, em virtude de muitas características comuns. Em Brasília, a associação destas práticas é promissora. Em virtude do reflexo da tragédia ambiental na construção da capital, exige-se a necessidade de práticas capazes de reverter essa problemática atual. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo uma revisão bibliográfica a respeito do potencial do extrativismo para agricultura familiar no Distrito Federal. Nesta pesquisa será realizada uma revisão bibliográfica sistemática, com análise quantitativa e qualitativa de dados. A revisão bibliográfica traz algumas reflexões, como o uso e ocupação do solo e vegetação do Distrito Federal, onde o bioma predominante é o cerrado, com potencialidade rural com solos apropriados para atividades agropecuárias, apesar da degradação ambiental neste local. Esta realidade impulsiona pensar em estratégias menos invasivas e mais sociais, capazes de interromper com a degradação já instaurada. Quanto ao cenário da agricultura familiar no Distrito Federal, esta prática ainda é bastante preservada e avança de forma tímida, apesar do potencial local; contudo, é vista como construção de alternativas de sustentabilidade para ocupação racional e conservação da sociobiodiversidade. Quanto a assistência do estado para incentivo destas práticas, observa-se que algumas estratégias vêm sendo instauradas há algum tempo, contudo, ainda limitadas mediante as demandas ainda existentes. Sobre a prática extrativista no cerrado e os principais produtos consumidos no DF, observa-se que esta possibilita a sustentabilidade com práticas menos agressoras de cultivo e coleta dos produtos, permitindo o consumo próprio ou a comercialização. Além disso, no Distrito Federal existe muita diversidade de produtos a serem explorados com finalidades comerciais, contudo, a falta de informação dos agricultores é limitada a respeito das possibilidades econômicas, limitando as práticas apenas para subsistência. Quanto a análise e viabilidade de mercado, observa-se potencialidade promissora e expansão nos últimos tempos. Isso decorre em virtude da procura do mercado consumidor urbano, a partir do conhecimento da existência destes produtos. Quanto a análise dos resultados, observa-se que o extrativismo praticado pelas famílias agricultoras já é uma realidade no Distrito Federal, contudo, com limitada percepção comercial dos produtores. Existe pouco aproveitamento comparado a sua potencialidade local. Outra barreira que esbarra na falta de conhecimento destes produtores diz respeito, a questão dos atravessadores na comercialização dos produtos. Conclui-se que, a atuação agrícola familiar, na prática extrativista, em Brasília, possui enorme potencial, e tem dupla aptidão, tanto econômica, quanto social, uma vez que a atividade extrativista permite menor degradação ambiental, e exploração vasta comercial. Contudo, existem desafios que dificultam estas instaurações no cenário atual, razões dessa baixa participação e desenvolvimento deste seguimento.

**Palavras Chave:** Extrativismo; Agricultura; Comercialização; Distrito Federal.

**ABSTRACT:** Family farming has expanded and assumes great social, economic and ecological importance. It is a very diverse and important field for the growth of Brazil, bringing together the largest number of production units in the country, contributing with a significant portion of jobs associated with agricultural activities. In this segment, the characteristic of associated agroextractivist practices is remarkable, due to many common characteristics. In Brasília, the association of these practices is promising. Due to the reflection of the environmental tragedy in the construction of the capital, there is a need for practices capable of reversing this current problem. This research work aims to review the literature on the potential of extractivism for family farming in the Federal District. In this research, a systematic literature review will be carried out, with quantitative and qualitative data analysis. The bibliographic review brings some reflections, such as the use and occupation of soil and vegetation in the Federal District, where the predominant biome is the cerrado, with rural potential with suitable soils for agricultural activities, despite the environmental degradation in this place. This reality encourages thinking of less invasive and more social strategies, capable of interrupting the already established degradation. As for the scenario of family farming in the Federal District, this practice is still quite preserved and advances timidly, despite the local potential; however, it is seen as the construction of sustainability alternatives for rational occupation and conservation of sociobiodiversity. As for state assistance to encourage these practices, some strategies have been implemented for some time, however, still limited by the demands that still exist. Regarding the extractive practice in the cerrado and the main products consumed in the DF, it is observed that this enables sustainability with less aggressive practices of cultivation and collection of products, allowing their own consumption or commercialization. In addition, in the Federal District there is a lot of diversity of products to be exploited for commercial purposes, however, the lack of information from farmers is limited about the economic possibilities, limiting the practices only for subsistence. As for the analysis and market viability, there is promising potential and expansion in recent times. This is due to the demand of the urban consumer market, from the knowledge of the existence of these products. As for the analysis of the results, it is observed that the extractivism practiced by farming families is already a reality in the Federal District, however, with limited commercial perception of the producers. There is little use compared to its local potential. Another barrier that comes up against the lack of knowledge of these producers concerns the issue of middlemen in the marketing of products. It is concluded that family farming, in extractive practice, in Brasília, has enormous potential, and has dual aptitude, both economic and social, since extractive activity allows for less environmental degradation, and extensive commercial exploitation. However, there are challenges that make these establishments difficult in the current scenario, reasons for this low participation and development of this follow-up.

**Keywords:** Extractivism; Agriculture; Commercialization; Federal District.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Uso da terra no Distrito Federal .....	17
<b>Figura 2:</b> Comparação entre dados da agricultura familiar e não familiar .....	21
<b>Gráfico 1:</b> Distribuição relativa do uso da terra por agricultores familiares no Distrito Federal em 2006.....	20
<b>Gráfico 2:</b> Ocupação da agricultura familiar por regiões .....	21
<b>Gráfico 3:</b> Resposta aos tipos de extrativismo que os proprietários realizam .....	26



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Trabalhos utilizados para confecção da revisão bibliográfica .....	14
<b>Tabela 2:</b> Produtos comercializados no Distrito Federal .....	27

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	11
2.	OBJETIVOS .....	14
3.	METODOLOGIA .....	14
4.	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	
	4.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E VEGETAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL .....	16
	4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL .....	18
	4.3 AGRICULTURA FAMILIAR E A ASSISTÊNCIA DO ESTADO.....	22
	4.4 EXTRATIVISMO NO CERRADO E OS PRINCIPAIS PRODUTOS DO MESMO CONSUMIDOS NO DF .....	24
	4.5 ANÁLISE E VIABILIDADE DE MERCADO .....	27
5	ANÁLISES E RESULTADOS .....	29
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS... ..	33

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar está diretamente relacionada a uma prática agrícola onde os trabalhadores rurais exploram a terra com a força do trabalho de sua família, visando a sua manutenção (MENDES *et al.*, 2014). Para o autor, ela assume grande importância social, uma vez que é o primeiro ingresso ocupacional dos membros familiares, onde ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 2009). É um campo bastante diverso e importante para o crescimento do Brasil, pois garante a manutenção de recursos, a geração de alimentos, possibilidade de comercialização e acesso à distribuição de renda, além de assumir um papel importante para a segurança alimentar nacional, colaborando com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos (IBGE, 2021; GOMES, 2018).

Em nosso país, a agricultura familiar se destaca, sendo uma média nacional dos estabelecimentos familiares 26 hectares (MENDES *et al.*, 2014). Segundo dados dos Censos Agropecuários, em especial dados do IBGE em 2017, esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no País e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais. Do total de estabelecimentos agropecuários nacionais, 5.073.324, 76,8% correspondem à agricultura familiar, valor aproximado de 3.897.408 (IBGE, 2017).

Uma das maiores características da agricultura familiar, sobretudo às categorias que envolvem as de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) se direciona ao fato de que por seus conhecimentos e relação com a natureza, desenvolvem manejos pouco invasivos, cultivos de espécies diferentes, nativas e/ou exóticas em um mesmo espaço, de forma a não prejudicar a conservação de biomas, quando realizados em uma concepção agroecológica (NOGUEIRA & FLEISCHER, 2005). Em virtude disso, possui enorme potencialidade no país, visto que os agricultores estabelecem relação com a biodiversidade, e sua produção, apesar de pequena, são de alimentos de qualidade para consumo próprio e venda, com base em princípios agroecológicos e de promoção da segurança alimentar (MENDES *et al.*, 2014).

No cerrado a agricultura familiar presente envolve comunidades quilombolas, indígenas, camponeses, extrativistas, assim como agricultores em áreas de assentamentos. Em que se pesem diferenças em modos de vida e sistemas produtivos desenvolvidos, é marcante a característica de práticas agroextrativistas conforme descrito em Guéneau *et al.* (2017). De fato,

os diversos usos feitos com produtos nativos do cerrado constituem um pilar da alimentação, saúde e renda das famílias, aliado a atividades agropecuárias igualmente importantes.

Em um contexto de busca por sustentabilidade nos territórios agrários, as práticas mais conservadoras do meio ambiente, como as relacionadas ao extrativismo de frutos do cerrado nos parece passível de conciliação com os manejos produtivos da agricultura familiar. Para Suarez (2007), a agricultura familiar tem relação direta com o extrativismo, uma vez que, agricultores familiares podem praticar o extrativismo como forma complementar de renda, ou como a renda principal como acontece com os ribeirinhos produtores de açaí no Pará. Essas práticas agroextrativistas possuem potencial enorme dentro do contexto sócio histórico atual, mas têm sido pouco exploradas e investidas em termos de política pública.

Os agricultores com seu conhecimento sobre a dinâmica do bioma e da necessidade da preservação, atuam como protetores ambientais, pois dependem dos seus recursos para subsistência (GOMES, 2018). E assim, o extrativismo praticado por estes, estabelece além de uma prática extrativa, um conjunto mais amplo de relações sociais, econômicas e culturais, fazendo com que as unidades familiares estabeleçam vínculo com o mercado, com a sociedade e com o meio ambiente em que estão inseridas (REGO, 1999).

Além disso, o extrativismo consegue gerar produtos em que os recursos naturais de base são retirados diretamente da sua área de convivência natural, facilitando o acesso, o processamento e a comercialização, empregando baixa tecnologia pelas populações rurais e desprovidas de recursos (SOARES *et al.*, 2018), resultando em menor impacto ambiental, promoção de possibilidades econômicas aos agricultores e garantia de qualidade alimentar ao mercado consumidor, ou seja, atinge positivamente inúmeras esferas.

Os produtos extrativistas estão ganhando visibilidade não apenas dos consumidores, que passam a optar por produtos mais orgânicos e regionais; paralelo, cresce também o valor comercial, evidenciando outras percepções de valorização desta comercialização (AFONSO e ANGELO, 2009). No Distrito Federal, a realidade é semelhante, observa-se um crescimento dos produtos extrativistas, desde a década de 60, com investimentos para políticas de desenvolvimento agrário, em virtude da potencialidade do cerrado. E atualmente, observa-se a expansão destes produtos extrativistas no Distrito Federal, em especial, um aumento da demanda culinária (MOTTA, 2019).

Em virtude dessa relação socioambiental, podemos pontuar o Distrito Federal um espaço propício para o desenvolvimento com êxito desta prática associada, uma vez que este espaço contempla o bioma do cerrado, que possui um enorme e diverso potencial extrativista, e em contrapartida, existe uma problemática associada à necessidade de preservação e/ou recuperação de ambientes degradados (MOTTA, 2019).

Para Motta (2019), Brasília é reflexo de uma tragédia ambiental. Antes da construção da nova capital, o cenário era outro, e o bioma possuía maior preservação. O cenário da capital se associa ao mesmo contexto do bioma cerrado, que vem sendo degradado com práticas de expansão urbana. Em um estudo da UNESCO em 2002, o Cerrado possuía 581 mil hectares de área, atualmente, toda a área que possui o bioma, se restringe a 1/3 da cobertura vegetal natural (IBRAM, 2014). Também é evidenciado neste estudo que a área agrícola subiu de 93 hectares para 276,521 hectares, respectivamente sobre os anos de 1953 e 2001 (MOTTA, 2019).

Essa transformação de área nativa em paisagem agrícola contabiliza prejuízos incalculáveis para o meio ambiente, eleva a fragmentação de habitats naturais, promove a extinção da biodiversidade e espécies exóticas, propicia a erosão dos solos e poluição de aquíferos, instaura a degradação de ecossistemas, permite alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e modificações climáticas no território (MOTTA, 2019).

O cerrado é considerado hoje como um dos *hotspots* mundiais devido às pressões que tem sofrido com o avanço da fronteira do agronegócio (GUÉNEAU *et al.*; 2017). O desafio então, seria garantir uma possibilidade de atividade econômica, dentro da realidade atual de degradação ambiental instaurada, elaborando novas estratégias de explorar e preservar recursos existentes no Distrito Federal. Nessa trajetória racional, surge a possibilidade da associação entre a agricultura familiar e as práticas extrativistas.

Contudo, mesmo diante desta potencialidade de contribuição social, a agricultura familiar tem diminuído suas atividades nesta região, dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao censo de 2006; fazendo-se importante identificar as razões dessa baixa participação e desenvolvimento deste seguimento. Assim diversos fatores podem estar associados a esta problemática, desde a falta de informações dos próprios agricultores, até à falta de incentivos e políticas do Estado (CODEPLAN, 2015; GOMES, 2018).

Em virtude de algumas incertezas, dentre tantas potencialidades, observa-se a necessidade de averiguar através de dados científicos a respeito desta temática. Assim, este trabalho de pesquisa tem como objetivo uma revisão bibliográfica a respeito do potencial do extrativismo para agricultura familiar no Distrito Federal.

## 2 . OBJETIVOS

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo a reflexão sobre o potencial do extrativismo nos sistemas agrícolas familiares do Distrito Federal, buscando um olhar sistêmico de estratégias internas, e até governamentais para potencialização do setor.

## 3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa será realizada uma revisão bibliográfica sistemática, com análise quantitativa e qualitativa de dados secundários. Para Gil (2002), a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. O material será levantado através plataformas e bases de dados confiáveis disponíveis na internet, e também no acervo literário de espaços que abordam sobre a temática agrária.

Serão utilizados gráficos de dados econômicos e produtividade em território nacional, e análises literárias sobre trabalhos desenvolvidos de modo longitudinal. O intuito é colher informações diversas que estão interconectadas a respeito do extrativismo e da agricultura familiar no Distrito Federal. O quadro abaixo evidencia os trabalhos utilizados para confecção da revisão bibliográfica.

**Tabela 1:** Trabalhos utilizados para confecção da revisão bibliográfica

TITULO	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
Cerrado em Pé: espécies nativas para agricultura familiar.	RIBEIRO, J. F. et al.	2005
Lei n. 11.326, Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da	BRASIL	2006

Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Savanas tropicais: dimensão, histórico e perspectivas. In: Faleiro, Fábio Gelape; Farias Neto, Austeclínio Lopes de (Org.). <i>Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais</i> . Planaltina: Embrapa.	GOEDERT, Wenceslau; WAGNER, Elmar; BARCELLOS, Alexandre de Oliveira.	2008
Mercado dos produtos florestais não madeireiros do Cerrado Brasileiro.	AFONSO, Sandra Regina; ÂNGELO, Humberto.	2009
Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal	JESUS, Poliana Pereira et al.	2011
Avaliação prévia do perfil do uso da terra na área rural do Altiplano Leste, Brasília/DF.	SOUZA, M.A.O.	2012
Caracterização morfológica de sementes e plântulas e germinação de <i>Anadenanthera macrocarpa</i> .	OLIVEIRA <i>et al.</i>	2012
Uso sustentável da biodiversidade do cerrado para geração de renda nos assentamentos rurais da região da grande Dourados.	FIGUEIREDO et al.	2012
Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Jatobá.	COSTA, Camila Brás.	2015
Ethnic and locational differences in ecosystem service values: insights from the communities in forest islands in the desert.	CUNI-SANCHEZ et al	2016
Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.	WANDERLEY, M.N.B.	2017
Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia.	GUÉNEAU, S., DINIZ, J. D. de A. S., MENDONÇA, S. D., & GARCIA, J. P.	2017
Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o Futuro: Região Centro-Oeste.	BRASIL	2017

Valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado: comercialização e construção de mercados da sociobiodiversidade.	GARCIA, JESSICA PEREIRA	2017
Análise das características agrossociais e estudos etnobotânicos sob a ótica da agricultura familiar no Distrito Federal.	GOMES, Kever Bruno Paradelo.	2018
Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado: caracterização, transformações e perspectivas.	ELOY, L.; CARVALHO, I. S. H.; FIGUEIREDO, I.	2018
Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira	EMBRAPA	2018
Frutos do cerrado: Comercialização e popularização no Distrito Federal.	MOTTA, MARIANA GOMES RABELLO.	2019
Ideias e atores sociais: os programas estaduais de aquisição de alimentos da agricultura familiar.	CABRAL, Rafael de Freitas.	2021

#### 4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

##### 4.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E VEGETAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

As savanas tropicais se destacam como os mais importantes centros de diversidade genética das populações vegetais e animais, representando uma importante fonte de bens e serviços ambientais essenciais para sociedade. Representam um enorme potencial para atividades de produção agropecuária e florestal, além de outras atividades de interesse socioeconômico (GOEDERT; WAGNER; BARCELLOS, 2008). No Brasil, as savanas tropicais são também chamadas de Cerrado (GOMES, 2018).

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, cerca de 22% do território nacional brasileiro. Neste espaço territorial possui muita riqueza aquática, o que favorece o seu potencial ecológico (BRASIL, 2014).

No Centro-Oeste do Brasil, o cerrado é o bioma predominante e possibilita inúmeras formas de exploração e práticas agrícolas. Dados do IBGE apontam que, no Distrito Federal foram identificados 1824 estabelecimentos rurais, dos quais, 168 tinham áreas de matas e

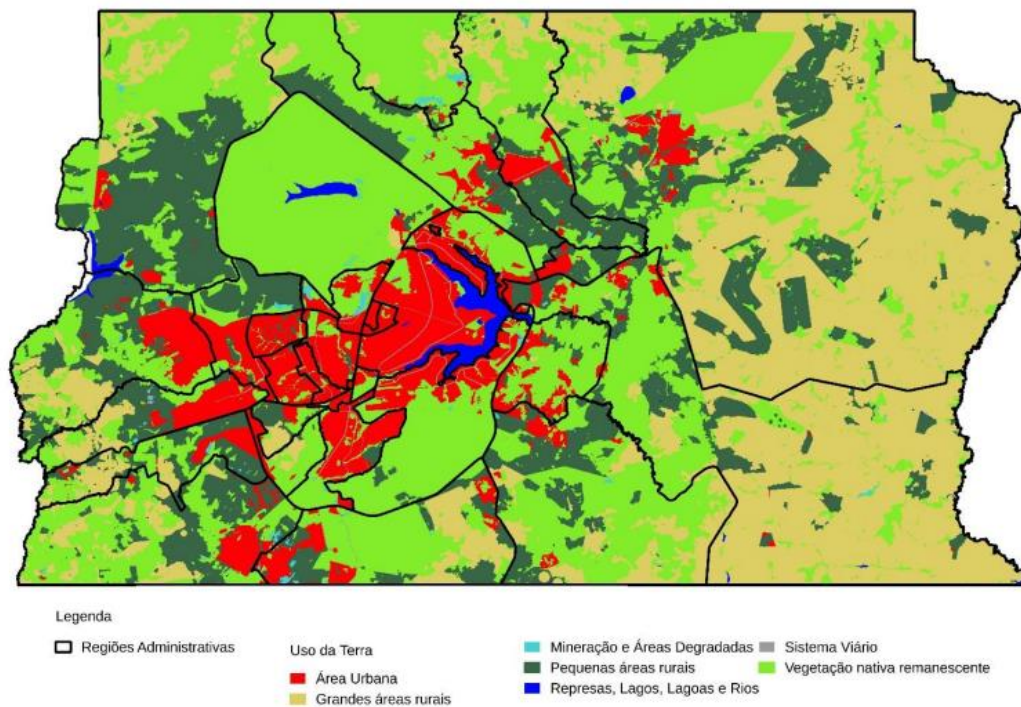


florestas naturais e 22 propriedades familiares que tinham alguma prática em sistemas agroflorestais (IBGE, 2006).

Jesus e seus colaboradores (2011) relatam sobre o crescimento da agricultura familiar e o aperfeiçoamento de práticas no Distrito Federal, e relata que é uma prática bastante promissora, e vem favorecendo a autonomia de muitos agricultores, estando o mercado atualmente, em crescente expansão (EMATER/DF, 2013; JESUS *et al.*, 2011).

O Distrito Federal possui um espaço urbano intensamente povoado. Se constitui como uma das maiores densidades demográficas do País, com uma zona rural de população reduzida, 3,4% do total de habitantes, distribuída em mais de dois terços de sua superfície territorial (CODEPLAN, 2015). A imagem abaixo evidencia o uso da terra no Distrito Federal.

**Figura 1:** Uso da terra no Distrito Federal



**Fonte:** CODEPLAN, 2015.

O território do Distrito Federal, com destaque para o espaço rural, possui solos apropriados para atividades agropecuárias, como os latossolos vermelho e vermelho-amarelo, caracterizados como solos profundos, bem estruturados, com relevo plano e suave ondulado, os quais correspondem a 70% destas áreas, segundo estudos da EMBRAPA. Deste espaço rural, 36% da área rural são destinados às culturas em geral (lavouras, hortaliças e silvicultura); 0,32%

às frutíferas; 34,19% às pastagens, e 21,46% às reservas legais e 10,27% áreas de preservação (CODEPLAN, 2015).

Contudo, os avanços comerciais da agricultura e pecuária extensiva, e o crescimento de áreas urbanas na região são um dos principais atores da degradação ambiental no bioma cerrado (SAMPAIO & PINTO, 2005). Segundo Guéneau e seus colaboradores (2017), o cerrado já é um bioma considerado hotspot - representando as áreas naturais que possuem uma grande diversidade ecológica e que estão em risco de extinção, sendo sua preservação prioridade em níveis mundiais.

Esta realidade impulsiona pensar em estratégias menos invasivas e mais sociais, capazes não somente de interromper com a degradação já instaurada no Distrito Federal, mas propiciar novas práticas promissoras ainda pouco valorizadas.

#### 4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL

A agricultura familiar já se constitui como uma realidade nacional promissora. Do total de estabelecimentos agropecuários nacionais em 2017: 5.073.324,76,8% correspondiam à agricultura familiar, ou seja, 3.897.408 estabelecimentos, ocupando 23% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Quanto à distribuição de empregos, a agricultura familiar dava ocupação a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias, e 81% estava na condição de proprietário das terras (IBGE, 2017).

Quanto às definições do termo, atualmente houve uma mudança na legislação a respeito da classificação de agricultores familiares, o que acarretou em desclassificação de muitos que até então assim se consideravam.

A Lei 11.326 foi regulamentada pelo Decreto 9.04/2017, que mudou a forma de classificar o estabelecimento, principalmente em relação à renda do produtor, com a nova exigência de ser predominantemente obtida no domicílio. Em 2017, dos 4,6 milhões de estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser classificados como de agricultura familiar, apenas 3,9 milhões atenderam a todos os critérios (IBGE, 2017).

De acordo com o Decreto n. 9.064, de 2017, regulamenta a Lei n. 11.326 e, em seus dispositivos legais, classifica como prática da agricultura familiar todo aquele que cumprir simultaneamente os seguintes critérios:

- I. Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

- II. Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III. Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV. Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).

Para Salvoldi e Cunha (2010), a agricultura familiar não se restringe ao uso exclusivo do trabalho familiar na produção, mas vai além desta limitação restrita. Vários autores chegam a apontar seu papel enquanto um sistema de reprodução social, que tem a família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias que permitam a transmissão do patrimônio material e cultural, contribuindo para a manutenção do patrimônio familiar e garantindo o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

A relevância da agricultura familiar no Distrito Federal é relativa às consequências sociais e ambientais que hoje se fazem realidade neste espaço. Os variados problemas incidentes sobre o território distrital, resultam em medidas emergentes para reversão desta problemática. A agricultura familiar é vista como construção de alternativas de sustentabilidade para ocupação racional e utilização adequada do território e conservação da sociobiodiversidade (CODEPLAN, 2015).

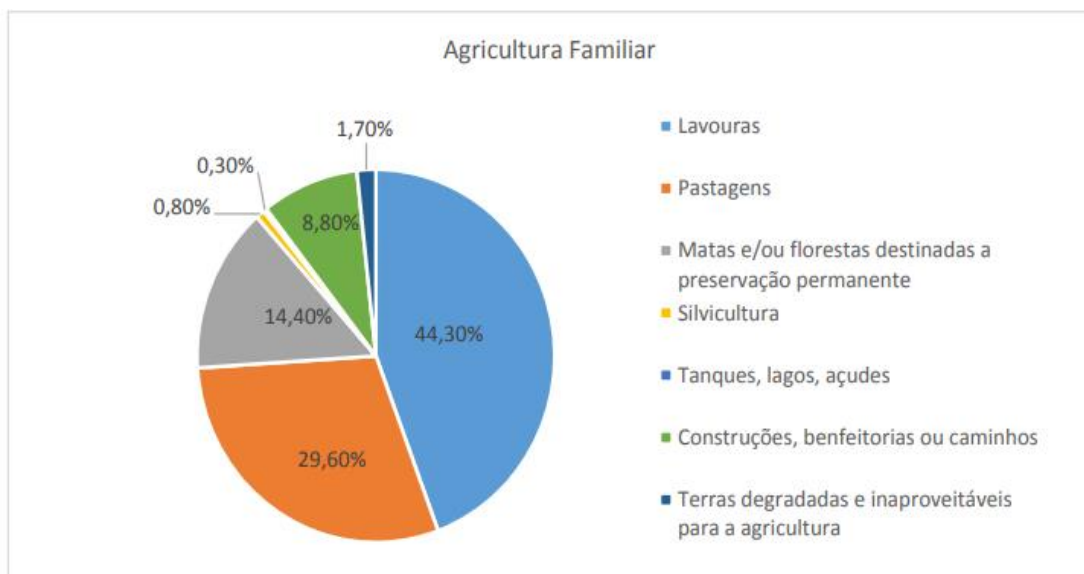
No Distrito Federal, dentro dos limites naturais a que se circunscreve o território enquanto reduzido, de uma compleição diferenciada das demais unidades federativas, exigem cuidados rigorosos em relação a sua ocupação e uso do seu solo (CODEPLAN, 2015). Assim, a agricultura familiar é a atividade de dimensão social e econômica que melhor dialoga com as exigências ambientais deste território, bem como permitem explorar as potencialidades desta prática.

Neste território, esta prática ainda é bastante preservada e avança de forma tímida, apesar do potencial local para investimento em tecnologias que a potencializariam. Gomes, corroborando com esta afirmativa, relatou que existe ainda uma barreira na expansão deste sistema na região, pois os cultivos nos quintais têm como finalidade primordial o consumo do núcleo familiar, e se limitam à comercialização do excedente e agregação de valor aos produtos (GOMES, 2018).

O segmento da agricultura familiar é bastante diversificado, o que inclui quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, silvicultores, pescadores, indígenas e outros grupos conforme estabelece a Lei Nº 11.326/2010 (BRASIL, 2006). Embora haja uma lacuna científica que aponte um grupo de maior relevância no Distrito Federal, o DF é caracterizado como autossuficiente em vários produtos (EMATER/DF, 2010). Segundo a Emater (2009), existe potencial de crescimento agrícola ainda não explorado no DF, visando incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis, entre os agricultores familiares. Além da agricultura, também, é preciso considerar a associação de outras atividades mais comuns, a exemplo do artesanato e do turismo rural que, igualmente, dinamizam a produção local (SCHNEIDER, 2003). Essa afirmativa do Schneider direciona a potencialidade do extrativismo.

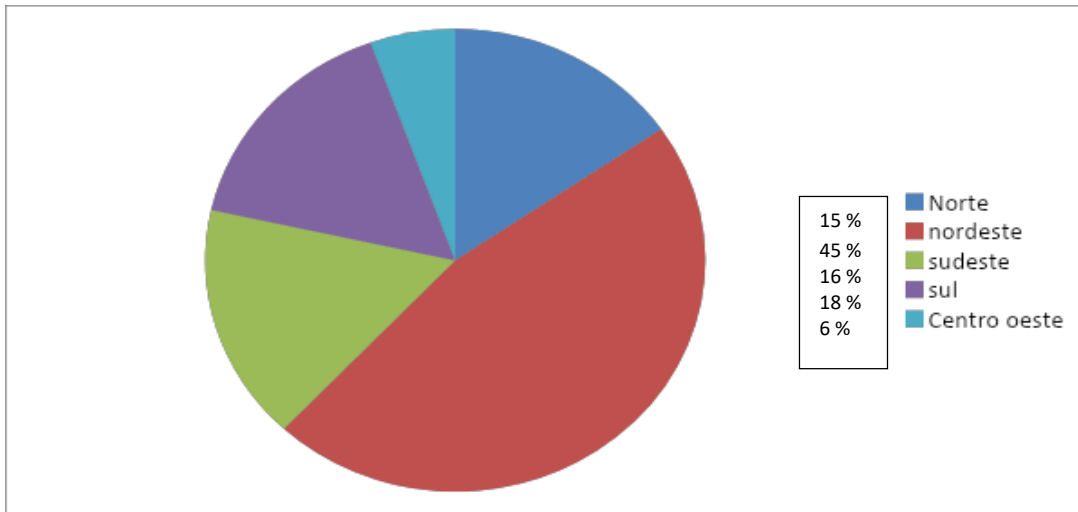
Quanto a forma de utilização destes espaços pelos agricultores familiares, o gráfico abaixo expressa esta relação.

**Gráfico 1:** Distribuição relativa do uso da terra por agricultores familiares no Distrito Federal em 2006



**Fonte:** CODEPLAN, 2015.

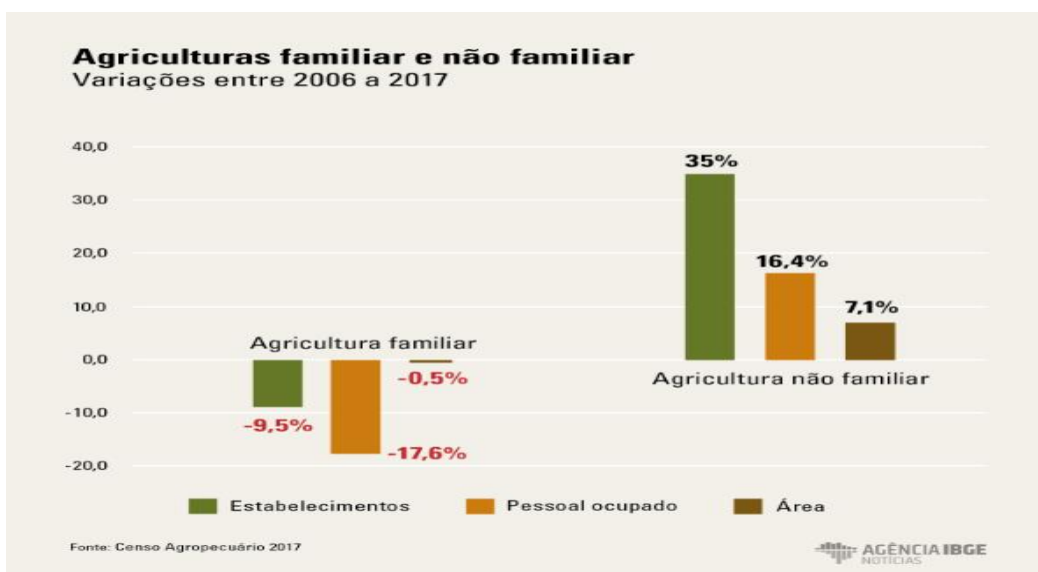
A agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total (IBGE, 2017). Contudo, no Centro Oeste, em especial o Distrito Federal, ainda exerce pouca influencia nos resultados nacionais. Como evidenciado no gráfico abaixo:

**Gráfico 2:** Ocupação da agricultura familiar por regiões

**Fonte:** Produção própria, dados do IBGE, Censo Agro, 2017.

Na última década, dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017).

O gráfico abaixo evidencia a comparação entre estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares, averiguados pelo IBGE em 2017.

**Figura 2:** Comparação entre dados da agricultura familiar e não familiar

**Fonte:** IBGE, 2017.

Faz-se importante identificar as razões dessa baixa participação e desenvolvimento deste seguimento. Para Codeplan, esta limitação está associada à diversos fatores, tais como: insuficiência de meios e terra; insuficientes assistências técnica e creditícia; tecnologias inadequadas; falta de organização social; falta de agregação de valores à produção; falta de planejamento espacial para ocupação e uso destas terras; dentre outras variáveis essenciais à promoção da inclusão socioprodutiva (CODEPLAN, 2015).

#### 4.3 AGRICULTURA FAMILIAR E A ASSISTÊNCIA DO ESTADO

Segundo Gomes (2018), uma forma de orientar os agricultores a respeito do potencial da agricultura familiar é a investigação a respeito da percepção dos próprios agricultores sobre suas interações com o meio ambiente no qual estão inseridos. E assim aumentar a compreensão a respeito das práticas que muitas vezes são compreendidas de forma simplista, sem nenhuma perspectiva de grandes retornos financeiros.

Para Cuni-Sanchez e seus colaboradores (2016), estas percepções são denominadas opiniões agrossociais, e constituem informações relevantes para os processos de tomada de decisões no sentido macro, pois os contextos socioculturais podem ser integrados ao planejamento de desenvolvimento local, vinculando as decisões políticas às expectativas sociais dos agricultores.

Para Wanderley (2017), a agricultura familiar no Brasil possui inúmeras possibilidades, contudo apresenta uma diversidade e um dinamismo pouco explorados e reconhecidos pelas políticas públicas, apesar do investimento no setor desde os anos 90 (MOTTA, 2019). Os produtores correm riscos ao não possuírem o aparato do Estado, uma vez que, por dispor de menor acesso a instrumentos financeiros de transferência de riscos, podem sofrer grande impacto na renda (EMBRAPA, 2018).

Quanto às iniciativas governamentais, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar visavam desde os primórdios, voltarem seus incentivos a garantirem o acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural e o acesso aos mercados institucionais (CABRAL, 2021). A agricultura familiar foi levada à pauta governamental a partir de 1990, e somente em 2006, foi promulgada a Lei n. 11.326, trazendo as diretrizes básicas para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. No mesmo ano, o Censo

Agropecuário passou a sistematizar os resultados referentes à agricultura familiar, recorrendo à referida Lei como base legal (BRASIL, 2006).

O papel do Estado e o surgimento de políticas públicas voltadas a esse setor agropecuário, iniciaram de forma mais efetiva a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se constitui como um exemplo de política, representando para muitos o reconhecimento social e político dos agricultores familiares pelo governo federal (IBGE, 2021). A partir de então, surgiram também, no âmbito dos mercados institucionais o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) (CABRAL, 2021; EMBRAPA, 2018). Tais políticas foram responsáveis pela abertura de um importante mercado para os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que atuavam para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, nos últimos anos, os recursos orçamentários destinados a algumas políticas foram sendo sistematicamente reduzidos, provocando reação dos movimentos sociais para a recomposição dos orçamentos (CABRAL, 2021).

Contudo, ainda que existam legislações e incentivos para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a falta de consolidação e acompanhamento das políticas públicas é considerado um descaso, o que leva o agricultor familiar a ignorar essas práticas e desconsiderar a legislação por falta de fiscalização e orientação (GOMES, 2018).

Fidalgo e seus colaboradores o maior destaque que a agricultura familiar possui e tem atraído olhares de incentivos governamentais, é a respeito da implantação de mecanismos para o desenvolvimento de práticas de conservação e/ou restauração dos ecossistemas naturais, e também para o desenvolvimento de práticas agrícolas de manejo sustentáveis e conservacionistas (FIDALGO *et al.*, 2017). Situação esta que, alerta as possibilidades da existência de incentivos governamentais, contudo, para práticas que atendam as demandas territoriais e sociais atuais de conservação ambiental.

Alguns estudos têm demonstrado que os produtos orgânicos se destacam nas terras dominadas pela agricultura familiar, em pequenas e médias propriedades. Contudo, muitos agricultores não são certificados pelas dificuldades inerentes aos processos de certificação, sejam financeiros ou de organização de grupos (LOURENÇO, SCHNEIDER e GAZOLLA,

2017). Segundo Santos *et al.*, (2021), um dos sistemas de certificação no Brasil, é o selo de qualidade orgânica.

A Lei nº 10831 de 23 de dezembro de 2003 trata da agricultura orgânica e apresenta forte preocupação na manutenção dos recursos naturais do país, na eliminação de insumos químicos e materiais geneticamente modificados, uso sustentável do meio, valorização das fontes de energia não renováveis, dentre outros (BRASIL, 2003).

#### 4.4 EXTRATIVISMO NO CERRADO E OS PRINCIPAIS PRODUTOS DO MESMO CONSUMIDOS NO DF

O conceito de extrativismo tem sido objeto de várias pesquisas e debates. Drummond (1996) define o extrativismo como qualquer atividade de produção de bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural. No Distrito Federal, a prática do extrativismo é viável, pois todo território, rural e urbano, são permeados por unidades de conservação que permitem a exploração de solos e recursos hídricos (CODEPLAN, 2015).

Gomes (2018) pontua um conceito mais prático relacionado às necessidades econômicas e sociais. Afirmar que o extrativismo constitui-se como uma prática sustentável no Cerrado, sendo uma importante estratégia para a conservação da biodiversidade deste bioma e também para geração de renda para agricultores rurais. A sustentabilidade é garantida na possibilidade de coleta dos produtos, em mínima agressão ambiental, permitindo o consumo próprio ou a sua comercialização (RIBEIRO *et al.*, 2005).

Segundo Figueiredo *et al.* (2012), na região Centro Oeste, existem algumas alternativas que demonstram possibilidades para o uso racional do agroecossistema local, sendo o extrativismo sustentável de frutos e de plantas medicinais nativas uma alternativa que tem se destacado e se expandido na região.

Assim, pesquisadores consideram que os sistemas produtivos agroextrativistas do Cerrado não criam distúrbios significativos na dinâmica do ecossistema graças a seus modos de produção diversificados e em pequena escala e ao relativo baixo nível de intensidade de extração de frutos que caracteriza atualmente a maioria dos sistemas de produção agroextrativistas (GUÉNEAU *et al.*, 2020, p.56).

As famílias agroextrativistas com seu conhecimento sobre a dinâmica do bioma e da necessidade da preservação atuam como protetores, pois dependem dos seus recursos, uma vez



que necessitam do espaço para suas práticas (MOTTA, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2012, GOMES, 2018). Assim, o retorno do extrativismo tem função social, uma vez que seus exploradores atuam de forma consciente na proteção destes espaços e manutenção do patrimônio; tem função cultural, à medida que estas práticas tradicionais podem ser mantidas e perpetuadas pelos agricultores familiares, de geração em geração; e tem possibilidade de função econômica, uma vez que os produtos explorados de forma consciente podem ser utilizados não apenas para subsistência, mas também para a comercialização.

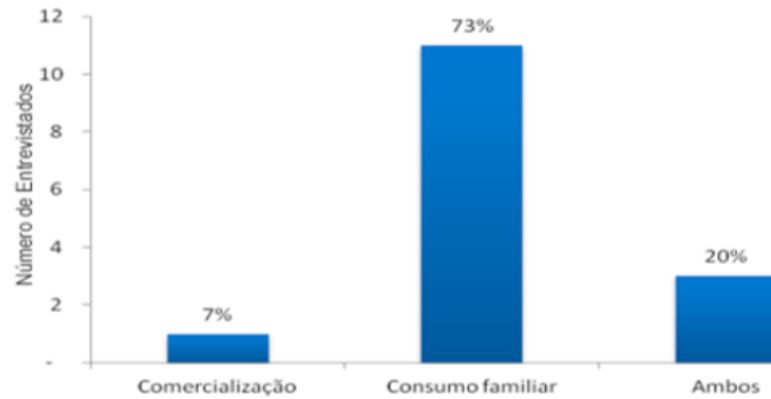
Apesar da percepção limitada do quanto os produtos podem gerar e tornarem-se rentáveis aos seus extrativistas, o mercado é promissor e pode agregar muito além do autoconsumo destes agricultores. A presença de produtos do cerrado nos mercados do Distrito Federal oferece uma distribuição diversa, e a predominância desses produtos é notada em feiras locais (feiras permanentes e feiras livres), lojas especializadas em alimentos naturais, e em maior diversidade na cooperativa Central do Cerrado (GARCIA, 2017).

No trabalho de Garcia (2017), é evidenciado que no Distrito Federal existe muita diversidade de produtos a serem explorados com finalidades comerciais. Dentre os principais se destacam os produtos 1) in natura: jatobá, mangaba, castanha de baru, pequi e buriti; e os 2) Processados: farinha de jatobá, açúcar de baru, pequi em conserva, buriti desidratado, creme de baru, granola de baru com jatobá, cagaita desidratada; além das plantas medicinais (GARCIA, 2017).

Souza pontuou outra ótica a respeito do extrativismo: ele alerta que não há restrição de produtos, mas limitação de informações a respeito destes produtos. Alertou em seus estudos que, por falta de conhecimento, muitas plantas frutíferas, vegetação nativa, plantas de uso medicinal e de uso industrial (decoreação, artesanato), não são de conhecimento da população e destes agricultores (SOUZA, 2012). Situação que limita as possibilidades de extrativismo e reduzem a idealização de rentabilidade frente ao escasso conhecimento.

A baixa percepção de rentabilidade é uma realidade constatada em estudos científicos. O destino da maior parte dos frutos da atividade extrativista empregada pelos agricultores é destinado apenas para consumo familiar, afirmam 73% dos extrativistas entrevistados, evidenciando pouca percepção de comércio (SOUZA, 2012). Como exposto no gráfico abaixo:

**Gráfico 3:** Resposta aos tipos de extrativismo que os proprietários realizam



Ele alerta ainda que, a falta de informação dos proprietários ou agricultores é limitada a respeito das possibilidades econômicas. Podemos afirmar isto à medida que a maior parte faz atividades extrativistas através de coleta de produtos na própria propriedade, mas não a reconhecem como tal, muito menos suas possibilidades (SOUZA, 2012).

Essa prática é tão pouco reconhecida que, muitos agricultores, até plantam espécies nativas em falta no seu território, mas não percebem sua atuação agricultora e extrativista ao fazerem. Há poucas informações técnicas a respeito das espécies existentes na sua propriedade e pouco conhecimento por parte dos proprietários quanto ao valor comercial dos frutos e as possibilidades agroindustriais (SOUZA, 2012). Esta falta de conhecimento contribui para o desinteresse comercial.

Os próprios agricultores reconhecem que o mercado é promissor e que existe uma procura por inúmeros frutos disponíveis em sua região, frutos nativos do Cerrado, tanto por pessoas da mesma localidade quanto por empresas da região (SOUZA, 2012). Contudo, não visualizam esta demanda consumidora como oportunidades rentáveis.

Quanto às potencialidade, diversos autores apontam que a diversidade de processamentos agroindustriais podem aumentar o consumo destes produtos, uma vez que os subprodutos elaborados podem alcançar maior acesso a mesa dos consumidores (COSTA, 2015). Assim diversos produtos podem ser elaborados como óleos, biocombustíveis, geleias, farinhas, sorvetes, doces, bebidas alcólicas (licores, cervejas, cachaças), produtos medicinais (sabonetes, chás); utilização da madeira para construção de móveis, joias, cestos, dentre outros.

**Tabela 2:** produtos comercializados no Distrito Federal

PRODUTO	EXPLORAÇÃO	AUTORES QUE RELATAM
ARTICUM	Alto conhecimento populacional	SOUZA, 2012
BURITI	Alta exploração agroindustrial e alto conhecimento populacional	GARCIA, 2017
CAGAITA	Baixa exploração agroindustrial e médio conhecimento populacional	SOUZA, 2012
CAJUZINHO DO CERRADO	Alta exploração agroindustrial e alto conhecimento populacional	GARCIA, 2017
CASTANHA DE BARU	Média exploração agroindustrial e médio conhecimento populacional	GARCIA, 2017; MOTTA, 2019; SOUZA, 2012
JATOBÁ	Média exploração agroindustrial e alto conhecimento populacional	MOTTA, 2019; GARCIA, 2017
MANGABA	Baixa exploração agroindustrial e médio conhecimento populacional	MOTTA, 2019; GARCIA, 2017
PEQUI	Alta exploração agroindustrial e conhecimento populacional	GARCIA, 2017; SOUZA, 2012; MOTTA, 2019

**Fonte:** autoria própria.

#### 4.5 ANÁLISE E VIABILIDADE DE MERCADO

Para Afonso e Angelo (2009), o mercado extrativista é promissor e vem expandindo nos últimos tempos. Isso decorre em virtude da procura do mercado consumidor urbano, a partir do conhecimento da existência destes produtos. Dessa forma, os produtos passam a serem demandados não apenas para o consumo das famílias locais, mas também para um mercado macrorregional. Desta forma, o extrativismo sai da concepção de subsistência e assume função comercial em grande escala (AFONSO & ANGELO, 2009).

Essa mudança impacta na concepção sociohistórica de agricultores que necessitam de amparo, não somente sobre estas novas possibilidades de mercado econômico, mas também sobre estratégias técnicas e agrícolas para suprirem este aumento na demanda. Souza (2012)

investigou a respeito da perspectiva destes agricultores extrativistas e concluiu que, poucos deles (1/4) se interessam por buscarem informações em órgãos referentes, e o restante tiveram pouco suporte de órgãos como Embrapa e Emater.

Pode-se ainda considerar que estes produtos tendem a serem considerados superiores e merecem o reconhecimento do selo de qualidade (SOUZA, 2012). Os produtos do Cerrado, de forma majoritária são oriundos do extrativismo sustentável, desenvolvidos em regiões de vegetação natural biodiversa, e os produtores não recorrem ao uso de aditivos químicos ou tratamentos agrícolas, isso no manejo do plantio; e quanto a coleta, não recorrem ao uso de maquinários agrícolas. Tais considerações refletem a percepção da sociobiodiversidade empregada, e tendo em vista que os consumidores estão ativos numa pegada de maior valorização ambiental, os produtos se destacam dentre os demais (SOUZA, 2012; GUÉNEAU *et al.*, 2017).

Souza alega que estes produtos possuem destaque de rentabilidade no mercado pela valorização comercial. A possibilidade da vasta exploração agroindustrial maximiza este valor, uma vez que possibilitam diversidade de subprodutos, permitem que o mercado tenha acesso a estes durante todo o ano, aderindo possibilidades além da aquisição in natura (SOUZA, 2012). Ele ainda pontua que, nem todos os produtores conseguem vislumbrar essas possibilidades, o que limita somente a comercialização dos frutos in natura.

Para Gomes (2018), outra hipótese de alta viabilidade do desenvolvimento do extrativismo pelos agricultores familiares é a possibilidade de extinguir o ciclo de degradação ambiental. Levando em consideração a rápida expansão da agricultura industrial e as práticas degradantes do ecossistema, uma visão demonizada tem sido desenvolvida no Distrito Federal visto os prejuízos ambientais gerados; em contra partida, com o intuito de ressignificar toda essa degradação, as políticas ambientais e agrícolas podem voltar seus olhares para o funcionamento e manejo dos sistemas agrícolas tradicionais nesse bioma, como uma solução para problemática social (GOMES, 2018; ELOY *et al.*, 2018).

Souza (2012) afirma que Brasília leva certa desvantagem quando comparada com as regiões do entorno, nas cidades turísticas altamente frequentadas, no Goiás, por exemplo, há a possibilidade de exposição destes produtos muito maior. A medida que os agricultores fornecem estes produtos e/ou estabeleceram relações diretas com restaurantes, hotéis e lojas especializadas nestas cidades, o produto é reconhecido com o valor extrativista real. Essa possibilidade auxilia o trabalho do agricultor em não se preocupar com os trâmites maiores da

exportação para locais distantes, e também possibilita acesso ágil do consumidor (SOUZA, 2012). Assim, alguns agroextrativistas, vendem seus produtos sem a atuação dos intermediários, que resultaria em menor valor comercial.

No distrito Federal, estes produtos acabam sendo encontrados de forma mais prática em feiras e mercados, revendidos sempre por feirantes, que em sua maioria não são os extrativistas (GARCIA, 2017). O tráfego destes produtos também é um ponto importante para ser esclarecido, pois afeta diretamente na comercialização efetiva. Neste quesito, além do produto chegar ao consumidor com um valor diferente do que é adquirido pelo agricultor; a percepção do produto também tende a ser desvalorizada, à medida que o produto perde o vínculo extrativista.

Garcia (2017) também traz um ponto importante quando a viabilidade de mercado é questionada. A forma como este produto está sendo entregue ao consumidor é preditor do valor a ele atribuído. Os agricultores com maior instrução, ou que possuem uma rede de suporte instrucional, são favorecidos por estratégias diversas, como a padronização das embalagens, por exemplo. Situações aparentemente simples, mas que valorizam os agricultores que fazem parte de empreendimentos coletivos.

## **5. ANÁLISES E RESULTADOS**

A grande preocupação com o extrativismo nas famílias agricultoras não é, portanto, uma estratégia apenas de mercado, é uma realidade instaurada na região, mas com pouco aproveitamento comparado a sua potencialidade. O mercado consumidor no Distrito Federal é altamente promissor e exigente, o que garante uma demanda sempre ativa.

Corroborando com essa perspectiva, os produtos do extrativismo e seus derivados já fazem parte da realidade brasiliense e estão sempre expostos em mercados e feiras. Contudo, não há uma ‘história’ agregada a estes produtos, o que leva ao consumidor apenas à percepção comum de oferta de produto. Garcia (2017) pontuou em suas pesquisas que essa falta de percepção extrativista atrelada ao produto exposto nas prateleiras do DF é decorrência desta separação feita entre o extrativista e o consumidor.

Esta segregação impacta ainda na percepção do agricultor extrativista que, na falta de vislumbrar as possibilidades crescentes deste mercado, não idealizam possibilidades de expansão, não valorizando seu produto e restringindo suas atividades. A falta de percepção de

rentabilidade dos agricultores familiares também é pontuada por outros autores que alertam a falta de atuação do Estado na criação de políticas públicas que possibilitem maior segurança, incentivo e instrução a estes produtores de pequeno porte (CABRAL, 2021).

Para Souza (2012), as possibilidades extrativistas ainda são uma realidade desconhecida pela população de agricultores brasileiros, que até praticam atividades semelhantes, mas não reconhecem o potencial econômico. Essas percepções remetem a esta realidade instaurada, mas pouco explorada por falta de conhecimento local.

Quanto às questões sociais da prática extrativista, o mercado consumidor está mais atento à questão ambiental e valorizando as características dos produtos do cerrado (GARCIA, 2017). Contudo, o fato do mercado estar mais atento à questão ambiental e valorizando as características dos produtos do Cerrado, não significa que é possível afirmar que essas iniciativas têm impacto direto em ações de preservação ambiental do Cerrado.

Nota-se uma tendência de mudança no comportamento dos consumidores em busca de consumo de alimentos mais saudáveis, valorizando quem investe em sustentabilidade em meio as evidências de crise ambiental (GARCIA, 2017). Porém, ainda não é possível afirmar que o “consumidor consciente” esteja influenciando os mercados agroextrativistas, uma vez que o contato entre produtor e consumidor ainda é pouco ou quase extinto no Distrito Federal (GARCIA, 2017; BARBOSA, 2016). Essa afirmação traz a consciência da necessidade em fortalecer outras estratégias que aproximem o agricultor da atividade comercial.

Gomes relata uma das primeiras problemáticas a respeito da falta de crescimento do setor, relatando que existe ainda uma barreira na expansão, à medida que os cultivos têm como finalidade primordial o consumo do núcleo familiar, e se limitam a comercialização do excedente e agregação de valor aos produtos (GOMES, 2018). Ou seja, o autor pontua a falta de visão comercial dos produtores, que limitam os produtos apenas para subsistência.

Para Garcia (2017), a maior problemática a respeito da valorização da atividade extrativista na agricultura familiar, é a presença de atravessadores, que ainda é amplamente identificada na comercialização dos produtos do cerrado. Ele pontua que, alguns produtores não possuem visão de comercialização, e acabam repassando os produtos num valor mais em conta, e os feirantes acabam revendendo e ganhando valor extra nos produtos (GARCIA, 2017).

Garcia (2017) relata ainda que no Distrito Federal, a questão dos atravessadores costuma ser maior do que em qualquer outra região brasileira, ou seja, a maior parte dos locais de

comercialização direta com o consumidor adquire os produtos de atravessadores. Este fator não colabora com o destaque dos valores socioambientais dos produtos do Cerrado.

A exemplo disso estão as feiras locais e regionais das cidades metrópoles (Brasília e Goiânia). Essas feiras não mais correspondem a canais curtos de comercialização, pois quem está na venda dos produtos, em sua maioria, é um comerciante que recebe os produtos de um atravessador. Com isso se perde tanto as relações de reciprocidade quanto os significados socioculturais que aqueles alimentos podem carregar, indicando assim a atribuição de valor de consumo convencional (GARCIA, 2017, p.82)

Também não se pode esquecer da grande problemática a respeito da falta de incentivo e esclarecimentos estratégicos dos órgãos responsáveis, que refletem na evasão da mão de obra para ocupações financeiramente mais atraentes. Ou seja, a falta de instrução dos produtores rurais, que poderiam investir ainda mais na comercialização dos produtos extrativistas, acaba não vislumbrando as possibilidades e ecoam para ocupações trabalhistas mais idealizadas.

Uma das maiores problemáticas observadas em literatura quanto a comercialização mais efetiva no Distrito Federal, quando comparado a comercialização extrativista nos mercados próximos, como Goiânia, é a falta de percepção de mercado destes agricultores brasileiros. Pode-se observar isso a medida que a quantidade de atravessadores neste território é muito maior; que acaba acarretando em tantas outras questões: como a falta de valorização destes produtos como extrativistas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que a atuação agrícola familiar na prática extrativista em Brasília possui enorme potencial, e tem dupla aptidão, tanto econômica, quanto social, uma vez que a atividade extrativista permite menor degradação ambiental, uma vez que sua prática não agride o meio ambiente, uma vez que as atividades não recorrem ao uso de maquinários, fertilizantes ou quaisquer práticas que a alta produção convencional exige. Além disso, neste cenário do Centro-Oeste, a degradação ambiental previamente instaurada exige práticas de restauração do sistema agroambiental; permitidos através do extrativismo.

Contudo, existem desafios que dificultam estas instaurações no cenário atual. O maior refere a uma concepção história dos próprios agricultores familiares a respeito da prática extrativista utilizada somente para subsistência do grupo, essa reflexão diz respeito não somente aos agricultores do DF, mas de todas as regiões. Uma vez que, a prática da agricultura familiar

atualmente, se evidencia com outras possibilidades, em virtude de uma demanda consumidora maior, em decorrência da valorização destes produtos, e das possibilidades de comercialização.

Nesta lógica, passamos a vislumbrar duas necessidades, a primeira refere a necessidade destes produtos serem expostos para aumentar o conhecimento e conseqüente demanda; e a segunda é a necessidade de alimentar esse mercado consumidor com constância de produtos que carreguem a imagem da conservação, da sustentabilidade e de um povo, um produto valorizado não apenas pela matéria, mas pela história de relação entre o fruto, o cerrado e as pessoas.

Essa mudança de concepção dos agricultores também é dever do Estado, e pode se concretizar não somente na assistência técnica cotidiana, mas no desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que façam assessoria destes.

O mercado tem-se evidenciado promissor à medida que os produtos estão sendo demandados com maior frequência, não somente pelas características atípicas, mas também pelo selo de qualidade orgânico. Ademais, as variedades agroindustriais que possuem, permitem que eles se façam presentes por todo o ano na mesa do consumidor.

Apesar disso, o cerrado disponível para o desenvolvimento da prática extrativista no Distrito Federal é insuficiente para abastecê-lo, visto que as poucas áreas remanescentes do bioma não possibilitam a exploração desses produtos por serem unidades de conservação cujas atividades permitidas não contemplam o extrativismo, o que torna as regiões do entorno imprescindíveis para o abastecimento desse mercado em Brasília e suas cidades satélites.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Sandra Regina; ÂNGELO, Humberto. Mercado dos produtos florestais não madeireiros do Cerrado Brasileiro. **Ciência Florestal**. Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 315- 326, 2009.
- BARBOSA, Livia. A ética e a estética na alimentação contemporânea. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, p. 95-124, 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. **Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências**. Brasília, Diário Oficial da União. Seção 1, nº 249, p. 2. 28 de dezembro de 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o Futuro: Região Centro-Oeste**. Roberto Fontes Vieira (Ed.). Julceia Camillo (Ed.). Lidio Coradin (Ed.). Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017. **Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 maio 2017. Edição extra. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm). Acesso em: abr. 2022.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: abr. 2022.
- CABRAL, Rafael de Freitas. **Ideias e atores sociais: os programas estaduais de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. 2021. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- CENSO Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=destaques>. Acesso em: jun. 2022.
- CODEPLAN. (2015). **Agricultura familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios**. Brasília. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Agricultura-Familiar-no-DFDimensões-e-Desafios.pdf>. Acesso em: mar. 2022.
- COSTA, Camila Brás. **Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Jatobá**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. 2015.
- CUNI-SANCHEZ, A.; et al.. Ethnic and locational differences in ecosystem service values: insights from the communities in forest islands in the desert. **Ecosystem Services**, n 19, p. 42- 50, 2016.

- DE FARIAS NETO, Austeclínio Lopes et al. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008., 2008.
- DE SOUSA, Bruno Jonatan et al. ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL: uma revisão de literatura. **Holos**, v. 4, p. 1-16, 2021.
- DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia Brasileira. **Estudos sociedade e agricultura**, 1996.
- ELOY, L.; CARVALHO, I. S. H.; FIGUEIREDO, I. **Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado: caracterização, transformações e perspectivas**. Coleção Transição Agroecológica – Conservação da Agrobiodiversidade. 1 ed. V. 03, 2017. 130p.
- EMBRAPA. Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 07/03/2022.
- FIDALGO, E. C. C.; PRADO, R. B.; PARRON, L. M.; CAMPANHA, M. M.; FERREIRA, J. N.; AQUINO, F. G.; MONTEIRO, J. M. G. **Estratégias de P&D na Embrapa como subsídio à agricultura familiar: contribuições do arranjo Serviços Ambientais na Paisagem Rural**. [Brasília, DF: Embrapa], 2017
- FIGUEIREDO, F. G.; PEREIRA, Z. V.; FERNANDES, S. S. L.; FRÓES, C. Q.; LIMA, C. T. N. C.; ZAVALA, C. B. R.; SILVA, R. **Uso sustentável da biodiversidade do cerrado para geração de renda nos assentamentos rurais da região da grande Dourados – MS**. In: 3º Encontro de Ensino de Graduação, 5º Encontro de Pós graduação, 6º Encontro de Iniciação Científica e 6º Encontro de Extensão da UFGD, 2012.
- GARCIA, Jéssica Pereira. **Valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado: comercialização e construção de mercados da sociobiodiversidade**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília – Brasília, 2017.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- GOEDERT, W. J. et al. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. 2008.
- GOMES, Kever Bruno Paradelo. **Análise das características agrossociais e estudos etnobotânicos sob a ótica da agricultura familiar no Distrito Federal**. 2018, Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GUÉNEAU, S., DINIZ, J. D. de A. S., MENDONÇA, S. D., & GARCIA, J. P. (2017). Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia. Século XXI: **Revista De Ciências Sociais**, 7(1), 130–156. <https://doi.org/10.5902/2236672528133>.
- GUÉNEAU, Stéphane; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; PASSOS, Carlos José Sousa. **Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade**. 2020.
- JESUS, Poliana Pereira et al. Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal . **Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev. 2011.

- LOURENÇO, Andréia Vigolo; SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do censo agropecuário 2006. **Extensão Rural**, v. 24, n. 1, p. 42-61, 2017.
- MAZZETTO-SILVA, Carlos Eduardo. **Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade**. Desenvolvimento e Meio ambiente, n.19, p. 89-109, 2009.
- MENDES, M.F.; NEVES, S.M.A.; SILVA, J.S.; NEVES, R.J.; SILVA, T.P. Perfil dos agricultores familiares extrativistas da região sudoeste matogrossense, pertencente à bacia do alto Paraguai - Brasil. Bol. geogr., **Maringá**, v. 32, n. 3, p. 94-109, , 2014.
- MOTTA, MARIANA GOMES RABELLO. **Frutos do cerrado: Comercialização e popularização no Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Ambientais), Universidade de Brasília – DF, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Valente/Downloads/2019\\_MarianaGomesRabelloMotta%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Valente/Downloads/2019_MarianaGomesRabelloMotta%20(1).pdf). Acesso em 09/04/2022.
- NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.
- OLIVEIRA, S. S. C.; ARAÚJO NETO, J. C.; CRUZ, S. J. S.; FERREIRA, V. M. Caracterização morfométrica de sementes e plântulas e germinação de *Anadenanthera macrocarpa* (Benth.) Brenan. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 22, n. 3, p. 643-653, 2012.
- RABELLO, Mariana. **Frutos do cerrado: comercialização e popularização no distrito federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Ambientais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- REGO, J. F. **Amazônia do Extrativismo ao Neextrativismo**. 1999.
- RIBEIRO, J. F. et al. Cerrado em Pé: espécies nativas para agricultura familiar. In: **Workshop de plantas medicinais de Dourados**. 2005. Dourados. Anais Universidade Federal da Grande Dourados. 2005
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba:, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Acesso em: mar. 2022.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar brasileira**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil. O contexto e as questões em debate. **Revista Economia e Política**, v. 30, n. 3, 2010.
- SOARES, Keller Regina.; FERREIRA, Esvanio Edipo da Silva; SEABRA JUNIOR, Santino; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva . Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Vol. 56, Nº 04, p. 645-662, 2018.
- SOUZA, Marco Antônio Oliveira. **Avaliação prévia do perfil do uso da terra na área rural do Altiplano Leste, Brasília/DF**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Acesso em: 18/06/2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Valente/Downloads/20951384.pdf>.

- SUAREZ, Jorge Eliecer Acosta. **O extrativismo da samambaia-preta: uma alternativa de renda para agricultores familiares da encosta da mata atlântica no município de Maquiné (RS)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maquiné – RS, 2007. Acesso em: 02/03/2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14755>.
- WANDERLEY, M. de N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 64-83. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: abril. 2022.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Ed. UFRGS, p. 155-183, 2009.